

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Privatização da Eletrobras terá venda de ações	2
Título: Medida vai abrir o mercado de energia	9
Título: Braskem reduz investimentos em 2019.....	11
Título: Abengoa Bioenergia inclui precatório em recuperação	13
Título: IPCC quer campo mais sustentável	15
Título: WEG inaugura fábrica na China para automação	16
Título: Correção	17
Título: Destaques	17
Título: Venezuela compra gasolina da Rússia	18
Título: Supremo julgará ações contra taxas de fiscalização.....	19
Título: Agências reguladoras e a lição de casa	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	22
Título: Inflação é a mais baixa para o mês em 5 anos.....	22
Título: Novas mensagens vazadas atingem vice e ampliam instabilidade no Paraguai.....	24
Título: Além de Itaipu, negociações tinham mais temas de interesse.....	26
Título: Assessor de Bolsonaro ocupa conselho de Itaipu.....	27
Título: 1/5 do efeito estufa vem de desmate e agropecuária	28
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	29
Título: Aumento na energia é a única pressão sobre o IPCA em julho	29
Título: Combustível	31
Título: Crise do clima vai acirrar disputa por terra, diz IPCC.....	32
Título: País tem pouco tempo para se adaptar às mudanças do clima	34

VEÍCULO: O Globo	36
Título: Inflação fica em 0,19% em julho, a menor para o mês em cinco anos.....	36
Título: 'Eu também quero'	36
Título: Alerta da ONU	37
VEÍCULO: Correio Braziliense	39
Título: Preço da gasolina contribui na queda.....	39

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/08/2019

Seção: Especial

Autor: Rafael Bitencourt e Lu Aiko Otta | De Brasília

Título: Privatização da Eletrobras terá venda de ações

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, garantiu ao **Valor** que a União perderá o controle da Eletrobrás. Embora esse fosse o cenário que já vinha se desenhando nos bastidores, foi a primeira vez que Albuquerque reconheceu que a capitalização será acompanhada de perda da posição majoritária da União. O desenho da privatização, aprovado na semana passada pelo presidente Jair Bolsonaro e ainda mantido em segredo, terá sete etapas que envolvem o aval do Congresso, a liberação do Tribunal de Contas da União (TCU) e, por fim, a emissão de ações que capitalizará a estatal e diluirá o controle da União. O novo modelo deverá ser apresentado aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (MDB-AP) quando o ministro retornar de sua viagem à China, para onde foi ontem.

Ele fará conversas preparatórias à visita de Bolsonaro, "no fim de outubro ou início de novembro".

A concordância do Legislativo é uma etapa essencial, porque pelo menos duas alterações legais são necessárias para abrir o caminho para a privatização. Seguindo decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso Nacional terá de dar aval para privatizar a holding, reinserindo a estatal no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Além disso, é preciso mudar a legislação para tirar as usinas mais antigas da Eletrobras do regime de cotas, modelo instituído no governo Dilma Rousseff para reduzir as contas de luz por meio de corte na remuneração dos projetos. A "descotização" é considerada importante para recompor o caixa da empresa, atrair investidores para a capitalização e permitir que a União receba pela outorga desses novos contratos.

Em linhas gerais, a privatização será feita por meio de venda de ações, de forma que o governo federal deixará de ser o controlador. "Mas nenhuma outra empresa será majoritária", frisou. O modelo escolhido é o de "corporation". "Não vamos vender a Eletrobras. Vamos abrir o capital."

Na China, o ministro vai falar sobre a carteira de investimentos disponível no Brasil. Só nas áreas de óleo, gás e mineração são projetos que somam R\$ 1,5 trilhão até 2027. A governança das concessões na área de energia e o calendário com os leilões futuros são pontos que atraem a atenção dos investidores.

Outra frente de interesse dos asiáticos é a energia nuclear. O governo pretende fechar, até o fim deste ano, as negociações com um sócio privado que concluirá a usina de Angra 3. Recentemente, recebeu executivos de um fundo russo-chinês, interessados também em novos projetos de geração nuclear.

O ministro está confiante na queda de preços da energia a partir do Novo Mercado do Gás. Ele comentou que usinas que utilizarão gás do pré-sal devem vender o megawatt-hora por R\$ 85 já em 2022. Atualmente, o megawatt está saindo a R\$ 550. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Qual o motivo de sua viagem à China?*

Bento Albuquerque: Tenho recebido vários convites desde que eu assumi o ministério. Não só do governo chinês, mas também das empresas que têm investimentos no Brasil e daquelas que pretendem fazê-lo. A China é o principal parceiro no que diz respeito a importações e exportações. E tem investimentos no setor elétrico, no setor de óleo e gás e na mineração.

Valor: *São os maiores no setor de energia?*

Albuquerque: Não, mas têm investimento aqui da ordem de US\$ 50 bilhões a US\$ 70 bilhões. Eu acredito que, pelas oportunidades que nós temos, os investimentos chineses aqui aumentarão bastante. Recebi recentemente um fundo de investimento chinês-russo que tem muito interesse na área nuclear como um todo.

Valor: *Angra 3 foi qualificada no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) para ser concluída. Já está claro como isso será feito?*

Albuquerque: Vai ser por uma parceria público-privada. E o projeto, por se tratar de um monopólio da União, será conduzido pela Eletronuclear. Já tem três empresas que apresentaram grande interesse nisso. Agora, estamos conversando no PPI para definir exatamente o modelo e preparar o edital para termos um parceiro definido até o fim do ano e o contrato seja concretizado no primeiro trimestre do próximo ano. Daí, as obras reiniciam.

Valor: *O fundo chinês-russo está interessado em entrar em Angra 3?*

Albuquerque: Está interessado, como outras empresas chinesas. A russa Rosatom está interessada nisso. A francesa Areva, os americanos da Westinghouse também manifestaram interesse em conhecer o modelo. Esse fundo está interessado naquilo que virá depois de Angra 3, as novas usinas.

Valor: *O governo já mapeou as novas usinas?*

Albuquerque: Estamos revendo o nosso planejamento até 2050, o Plano Nacional de Energia (PNE). Vamos dar a divulgação desse plano, que será consolidado em outubro, depois de passar por consulta pública. Em dezembro, será incluído aquilo que temos de expectativa com as novas usinas. O anterior eram 6 gigawatts (GW) de geração nuclear. Veremos se será uma usina que vai gerar esses mais de 6 gigawatts, ou mais de uma usina.

"Dados mostram que cada 10% de queda do preço da molécula de gás tem impacto de 2,1% de incremento no PIB industrial"

Valor: *Na China, o que o sr. vai dizer aos potenciais investidores?*

Albuquerque: Vou fazer uma apresentação sobre a conjuntura do setor de energia e mineração e as perspectivas para o futuro em termos de investimentos necessários para um desenvolvimento sustentável do país nos próximos dez, 20, 30 anos. Vou mostrar como é a nossa governança para que esses investimentos ocorram no Brasil, em questão de segurança jurídica e regulatória, previsibilidade dos leilões. Só no setor de energia são da ordem de R\$ 1,5 trilhão, sendo o setor elétrico com quase R\$ 500 bilhões e setor de óleo e gás com mais R\$ 1 trilhão até 2027. Se aumentarmos o horizonte no setor de óleo e gás, esse valor vai a R\$ 2 trilhões até 2030.

Valor: *Isso num momento em que se avizinha o megaleilão do excedente da cessão onerosa.*

Albuquerque: Tudo é interessante. Essa visita está sendo agora justamente na véspera da visita do presidente, que vai ocorrer entre o fim de outubro e início de novembro. Não deixa de ser uma visita preparatória para a visita presidencial, em termos de acordos que possam ser firmados, de cooperação,

memorandos de entendimento e por aí vai. O Brasil é o país no mundo, sem nenhum ufanismo, que tem melhores oportunidades de investimento. Qual o país que tem mais de 200 milhões de habitantes, um território continental, uma diversidade de recursos minerais e de fontes de energia? Os grandes investidores estão esperando só algumas reformas. Passar no Congresso a Nova Previdência é um fato importante porque o país precisa ter uma estabilidade fiscal para que os investimentos tenham segurança.

Valor: *Quando o programa Novo Mercado de Gás produzirá efeito?*

Albuquerque: A abertura do mercado de gás tem impacto no insumo, mas também vai proporcionar a reindustrialização do país. Tem dados de simulações de que cada 10% de queda do preço da molécula de gás tem impacto de 2,1% de incremento no PIB industrial. Isso é uma potencialidade muito grande. Eu estive na última reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. Nós vamos ter termelétricas do pré-sal entrando em operação em 2022 com o preço do megawatt-hora de R\$ 85.

Valor: *Hoje está quanto?*

Albuquerque: Depende. Mas já despachamos este ano termelétricas a gás natural de contratos antigos a R\$ 550 o MWh. Podem dizer que é um absurdo e que alguém poderia estar metendo a mão, mas não. Naquela época, quando não tinha esse gás, era o preço. Esses R\$ 550 são mais baratos que os R\$ 1.500 que pagamos hoje em Roraima, em 24 horas por dia, com 80 carretas de óleo diesel fazendo o trajeto de Manaus a Boa Vista, para a geração de energia. E não estamos falando de algo que vai acontecer daqui a dez anos, mas em 2022.

Valor: *Com essa energia mais barata, o Brasil fica menos dependente da energia de Itaipu e em condições mais favoráveis de negociar a revisão do acordo com o Paraguai?*

Albuquerque: Sem dúvida. Assim como vamos negociar com a Bolívia o uso do Gasbol (Gasoduto Brasil-Bolívia). É importante dizer que isso não será governo a governo, mas entre empresas. Antigamente, era só com uma empresa, a Petrobras. Hoje, a Petrobras, que negocia com a Bolívia, vai dizer o preço e, depois, negociar com outras empresas.

Valor: *E a situação de Itaipu do Paraguai?*

Albuquerque: Com o Paraguai, nós vamos iniciar o processo de negociação no início de 2020 em relação à revisão do Anexo C do contrato binacional. Evidentemente, o preço da energia vai cair porque a hidrelétricas já estará amortizada em fevereiro de 2023.

Valor: *Só essa amortização reduz a tarifa em quanto?*

Albuquerque: Isso vai depender da negociação.

Valor: *Tem um carta boa na mão, então.*

Albuquerque: Claro. Para os dois países. O que pagam hoje pelo investimento [financiamento da usina], vão deixar de pagar. É coisa de US\$ 2 bilhões, com um R\$ 1 bilhão para cada lado.

Valor: *Além mexer nas cláusulas econômicas, o Paraguai quer alterar, por pressões políticas, o tratado como um todo, o que não estava previsto.*

Albuquerque: Olha: se teve um bom negócio, foi Itaipu. Por mais que haja críticas de um lado e de outro, ao dizerem que o Paraguai levou vantagem ou, na realidade, foi o Brasil que levou vantagem, o tratado é um exemplo de negócio bem-sucedido. Itaipu tem uma importância vital para a economia do Paraguai, no PIB do país. Do lado de cá, Itaipu teve e ainda tem uma importância muito grande para a segurança energética do Brasil. Existem assimetrias entre os dois países, mas foi, está sendo e continuará sendo um bom negócio depois de 50 anos para os dois lados.

Valor: *E a privatização Eletrobras? O último movimento foi o "ok" do presidente para os estudos apresentados.*

Albuquerque: Tudo foi feito com transparência. Anunciei, já no meu discurso de posse, que daríamos continuidade ao processo de capitalização da Eletrobras. Agora, seguindo qual modelo? Aí nós sentamos com a Economia, com outros atores como PPI, Advocacia-Geral da União e a própria Eletrobras. O presidente Bolsonaro aprovou e, como vocês sabem, é preciso passar pelo Congresso. O próximo passo, é procurar a presidência das Casas, tanto da Câmara como do Senado, e apresentar aquilo que foi aprovado pelo presidente para a consideração dessas lideranças. Aí pretendemos dar início a esse processo.

Valor: *E qual é o melhor timing? Agora, que passou a reforma da Previdência na Câmara?*

Albuquerque: Nós não podemos ficar aqui parados, esperando. A Eletrobras perdeu a capacidade de investimento. Hoje, deveria estar investindo R\$ 15 bilhões, R\$ 16 bilhões, por ano só para manter o status quo dela - 30% da geração de energia e 50% da transmissão. Só que ela vai investir este ano R\$ 3,6 bilhões. Está-se melhorando a governança da empresa, está-se reestruturando como um todo. O que começou um ano e meio atrás tem tido resultados bastante positivos. Fizemos nosso trabalho e dissemos que, para continuar

tendo a importância que sempre teve no setor elétrico brasileiro, precisamos que a Eletrobras se torne uma corporação.

"Itaipu foi importante para o Paraguai e tem importância muito grande para a segurança energética do Brasil"

Valor: *Sendo uma corporação, a União perderá o controle, embora nenhum grupo privado terá participação majoritária. É isso?*

Albuquerque: Não terá nenhum grupo no comando. Nós não vamos vender a Eletrobras. Vamos fazer uma abertura [pulverização] de capital em que a União deixará de ser majoritária, mas também nenhuma empresa ocupará essa posição. Será uma corporação. Estamos falando da Eletrobras, a holding, e suas principais empresas: Chesf, Eletronorte, Furnas e Eletrosul.

Valor: *Quando isso será acertado com as lideranças do Congresso?*

Albuquerque: Já falei com o Rodrigo Maia e estou procurando uma agenda também com o Davi Alcolumbre. Eu e o ministro Paulo Guedes iremos procurar os dois para apresentar isso formalmente. Aí vamos ver qual é o melhor caminho, se é apresentação de um projeto de lei do Executivo ou aproveitar alguma coisa que está em tramitação no Congresso.

Valor: *Sem essa conversa, o governo não quer definir detalhes da privatização?*

Albuquerque: Em linhas gerais, é isso. Agora, o que vai acontecer no Congresso Nacional nós não sabemos. Dentro do modelo, nós vamos ter que separar Itaipu, Eletronuclear, Cepel e as políticas públicas disso que será capitalizado.

Valor: *Isso ajuda a diminuir resistências?*

Albuquerque: Até por questões legais, você não pode colocar. Itaipu é um tratado internacional, que você não capitaliza nem vende. A Eletronuclear, de acordo com a Constituição, é monopólio do Estado. A Cepel funciona com uma empresa de pesquisa energética em tecnologia que é muito importante para o desenvolvimento. Temos ainda as políticas públicas que não têm como capitalizar ou transferir, que têm que ficar sob a égide do Estado, do governo. As demais empresas serão capitalizadas.

Valor: *A mudança de regime de contrato das usinas da Eletrobras entra nesse pacote?*

Albuquerque: Ela tem que andar junto. A descotização faz parte desse processo. Não será apenas um artigo do projeto de lei, sendo bastante genérico, autorizando a capitalização da empresa. A Eletrobras, para se capitalizar, precisa

desses outros instrumentos legais que têm que ser modificados ou aperfeiçoados.

Valor: *O sr. já indicou a possibilidade de elevar o pagamento de R\$ 12 bilhões à União pela mudança nos contratos das usinas. Como seria?*

Albuquerque: Acho que os números não devem ser tratados agora. Devemos considerar que, se você capitalizar alguma coisa que se mostra um bom negócio pelas condições operacionais, ela vai valer mais. Mas, se você vender o que operacionalmente tem dificuldades, ela vai valer menos. Então, o que queremos é aperfeiçoar ou mudar alguns instrumentos legais para que a empresa se torne mais atrativa.

Valor: *Tem alguma inovação em relação ao modelo de privatização do governo Temer?*

Albuquerque: A gente pensou nisso. Levamos em consideração tudo que já estava em tramitação, tudo que já tinha discutido, a experiência nesse tempo que passou, o que o próprio mercado sinaliza. Vamos submeter para a apreciação do Congresso.

Valor: *Quais seriam essas mudanças?*

Albuquerque: Não tem como dizer. Não é nem pelo segredo em si. É lógico que tem um segredo, porque, primeiro, ainda não apresentei isso para o presidente Rodrigo Maia e o presidente Davi Alcolumbre. Segundo, porque ainda não fechamos o texto, porque vai depender inclusive dessa conversa com eles. Temos apenas aquilo que entendemos e definimos como etapas a serem implementadas. Que passa pela descotização, até pelo [novo] período da concessão.

Valor: *De fato teria que ter uma sequência, pois não daria para fazer a capitalização, com emissão de papéis, sem fazer antes a descotização.*

Albuquerque: Realmente, não dá. Mas aquilo que nós formos trabalhar como projeto de lei ou como substitutivo a ser feito pelo Congresso vai contemplar tudo isso. Aquilo que pode ser feito dentro do que a legislação atual permite, já está sendo feito. Até mesmo pela Eletrobras, quando ela se desfez das distribuidoras, por exemplo. Isso já foi uma recuperação que a empresa teve no último um ano e meio até o final do ano passado.

Valor: *Então, terá novidade em relação ao modelo anterior?*

Albuquerque: Com certeza. Posso lhe dizer que não está igual ao projeto de lei que está em tramitação. A gente entende que vamos apresentar alguns

aperfeiçoamentos. Até porque a empresa, quando foi proposto o projeto de lei, tinha uma situação diferente à de agora. Só isso já leva a alterações. Estamos sim, trazendo aperfeiçoamentos que vão tornar o debate no Congresso mais transparente, inclusive com as bancadas regionais. Tenham a certeza de que tudo foi considerado.

Valor: *O sr. pode dizer ao menos quantas etapas terá o processo de privatização?*

Albuquerque: Dizem que o número sete é um número de mentiroso, mas serão sete etapas. Envolvem o próprio Ministério de Minas e Energia, a Eletrobrás e o Tribunal de Contas da União. Aí, tu montas os sete do jeito que quiseres. Cada um tem sua dinâmica e seu controle sobre o que está sob sua responsabilidade, por isso é difícil falar num cronograma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Medida vai abrir o mercado de energia

O Ministério de Minas e Energia (MME) decidiu acelerar a abertura do mercado livre de energia, no qual os consumidores podem escolher de quem comprar o insumo, apurou o **Valor**. Hoje, será aberta uma consulta pública para discutir a redução gradual dos limites de migração de consumidores, com perspectiva de abertura total em janeiro de 2024.

Hoje, consumidores de menor carga, como os residenciais, por exemplo, só podem comprar energia da distribuidora local. A ideia do governo é, gradualmente, reduzir os limites de carga para a migração para o mercado livre. Assim como no caso da telefonia, no futuro, todos poderão escolher de quem comprar a energia. As distribuidoras seguirão com monopólio nas suas áreas de concessão, mas apenas do uso da rede (o fio), e não da venda de energia, que poderá ser feita por comercializadoras ou diretamente por geradores.

Pela proposta, que ficará em consulta pública por 15 dias, o limite de migração de consumidores livres vai cair da carga de 2 megawatts (MW) para 1,5 MW a partir de janeiro de 2021. A partir de 1º de julho de 2021, o limite cairá novamente, para 1 MW. Em janeiro de 2022, para 0,5 MW.

Além disso, até o fim de janeiro de 2022, deverão ser feitos estudos sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado livre para consumidores com carga abaixo de 0,5 MW. A ideia é que a abertura total seja concluída em janeiro de 2024.

Se confirmada, essa será a maior abertura do mercado livre de energia dos últimos 22 anos. Até o ano passado, o limite de migração de consumidores de energia para o mercado livre era de 3 MW. Uma portaria assinada pelo então ministro Moreira Franco determinou a redução para 2,5 MW a partir de julho deste ano, e também garantiu nova redução, para 2 MW, a partir de janeiro de 2020.

Hoje, consumidores com carga de 0,5 MW a 2,5 MW podem migrar para o mercado livre, mas na figura de consumidores especiais, obrigados a comprar energia de fontes incentivadas (renováveis como eólica, solar e biomassa). A diferença proposta pelo decreto é que os consumidores com essa carga poderão comprar energia de qualquer fonte, o que vai aumentar a competição no mercado livre e mudar as dinâmicas de preço.

O cronograma proposto é também mais acelerado que o discutido, por exemplo, no projeto de lei 1917/2015, que reúne algumas das propostas de reforma do mercado livre debatidas pela antiga equipe do MME por meio da chamada consulta pública (CP) 33.

Paralelamente, o MME segue com as atividades de um grupo de trabalho criado no início do ano para discutir a modernização do setor elétrico. A ideia é antecipar algumas mudanças que não dependam de lei, como no caso da abertura do mercado livre e também a consulta pública lançada ontem, que propõe que consumidores livres com carga de até 1 MW sejam obrigados a comprar energia de comercializadores varejistas a partir de janeiro do ano que vem.

O comercializador varejista funciona como uma espécie de imobiliária. O cliente migra para o mercado livre sem necessariamente precisar virar um agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que não tem capacidade de lidar com o número cada vez maior de agentes de pequeno porte.

A proposta, contudo, é polêmica, já que o rito da CCEE para desligar agentes em casos de inadimplência é considerado lento. "Enquanto não se resolver isso, ninguém vai querer ser varejista", disse João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia.

Para Reginaldo Medeiros, presidente da Abraceel (associação das comercializadoras de energia), a migração de consumidores especiais vai parar com isso, já que o custo de transação repassado aos consumidores vai parar.

Especialistas concordam que a CCEE não foi criada para fazer a gestão de um mercado varejista com muitos pequenos consumidores (os especiais). O problema é como alocar esses riscos. "É preciso cuidado para que o processo

como um todo efetivamente minimize os riscos do mercado, e não apenas os realoque da CCEE para as comercializadoras", disse Leonardo Salvi, diretor de operações da Electra Energy.

A resistência à figura do varejista é tal que desde que a modalidade foi regulamentada, em 2015, apenas 13 comercializadoras se habilitaram como tal, sendo que apenas quatro delas representam consumidores hoje na CCEE. "A operacionalização não é difícil, mas é preciso saber como será a parte do crédito do cliente. Se ele ficar inadimplente, como ser desligado? Ele pode voltar para o mercado regulado?", questionou Paulo Toledo, sócio diretor da Ecom Energia. Para o especialista, essas questões podem ser regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem reduz investimentos em 2019

O ciclo de baixa da indústria petroquímica global, acentuado pelas tensões comerciais entre Estados Unidos e China, levaram a Braskem, maior fabricante de resinas das Américas, a rever os investimentos de 2019. A companhia, que também enfrenta problemas internos como o processo judicial que já levou ao bloqueio de R\$ 3,7 bilhões em suas contas, reduziu em US\$ 100 milhões os desembolsos no ano, um corte de cerca de 11% frente aos US\$ 887 milhões previstos no orçamento original. Em reais, o valor a ser investido cai de R\$ 3,31 bilhões para pouco menos de R\$ 3 bilhões, segundo o presidente da petroquímica, Fernando Musa.

O mau momento da indústria, que deve persistir neste semestre na avaliação de analistas, deixou marcas no balanço do segundo trimestre. A receita líquida caiu 3% na comparação anual, para R\$ 13,3 bilhões, enquanto o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) recuou 49%, a R\$ 1,6 bilhão, refletindo a piora dos spreads de praticamente todas as resinas e químicos. Diante disso, o lucro líquido atribuído aos acionistas da companhia tombou 76%, para R\$ 129 milhões.

De acordo com o presidente da Braskem, Fernando Musa, o principal motivo para o corte no orçamento foi a revisão das expectativas futuras para a

indústria. O bloqueio de R\$ 3,7 bilhões, afirmou, também contribuiu, já que afeta a gestão de caixa e liquidez, mas o impacto é indireto.

"Quando fizemos o orçamento, já havia uma expectativa de ciclo de baixa, mas a situação real é um pouco mais impactante do que se esperava em função da guerra comercial entre China e Estados Unidos", disse Musa. Naquele momento, havia expectativa de resolução da guerra comercial no curto prazo. Agora, "está cada vez mais difícil ver a luz no fim do túnel". "O ciclo de baixa terá impacto mais prolongado do que esperávamos".

Diante da postergação da melhora do ciclo, a Braskem revisou projetos relacionados a expansão de capacidade, para se concentrar em iniciativas de redução de custo e melhoria de processos. A construção da nova fábrica de polipropileno (PP) nos Estados O corte nos investimentos é uma das iniciativas que estão sendo executadas para incorporar essa nova visão de ciclo, que também deve pesar no momento de definição do orçamento para 2020.

Mesmo com o bloqueio, a Braskem tem liquidez suficiente para fazer frente aos compromissos financeiros dos próximos 38 meses. O processo judicial também atingiu uma proposta de pagamento de R\$ 2,6 bilhões em dividendos pela Braskem e, neste momento, direção e conselho de administração discutem esse tema sob a luz dos desafios da indústria e das questões legais em Alagoas - a companhia é alvo de ações por causa do afundamento do solo em três bairros de Maceió, associado pelo Serviço Geológico Brasileiro (CPRM) à extração de sal-gema, usado na produção de PVC.

Musa reiterou que a companhia não tem intenção de deixar de operar no Estado e a prioridade é identificar as opções para retomada da produção de cloro-soda em Alagoas, suspensa junto com a paralisação da extração de sal-gema em Maceió. Nesse sentido, o executivo contou que a petroquímica manteve conversas com o governo de Sergipe, onde pode haver possibilidade de extração de sal-gema para utilização na fábrica de Maceió. Além disso, discutiu a potencial disponibilidade de matéria-prima no futuro para a produção de químicos e resinas no Estado, diante de suas reservas de óleo e gás.

Com a suspensão das operações, a Braskem deixou de operar de forma integrada na produção de PVC, o que tem impacto negativo estimado de US\$ 30 milhões a US\$ 40 milhões por trimestre na rentabilidade. "A Braskem segue colaborando com as autoridades no trabalho técnico e científico para entender

melhor o fenômeno geológico e buscar a melhor solução, que permita às pessoas voltar a suas casa com segurança", acrescentou.

Para este ano, a petroquímica projeta expansão de 3% a 3,5% na demanda brasileira de resinas termoplásticas, um avanço considerado relevante ante as expectativas atuais para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional. No geral, comentou o executivo, a visão de mercado hoje é bastante heterogênea, "típica do ciclo de baixa, e com nuvens no horizonte mundial, a principal delas a guerra comercial".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/08/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Abengoa Bioenergia inclui precatório em recuperação

A Abengoa Bioenergia, braço sucroalcooleiro da companhia espanhola de energia Abengoa, mudou seu plano de recuperação judicial e propôs utilizar como recursos para pagar seus credores os precatórios das ações contra a União pelo congelamento de preços nas décadas de 1980 e 1990, por parte do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), e da indenização que pleiteia contra a Petrobras pelo congelamento da gasolina durante o governo Dilma.

Desde que pediu recuperação judicial, com dívidas de mais de R\$ 1 bilhão, a companhia, que tem capacidade para moer até 6,2 milhões de toneladas de cana por safra e cuja receita foi de R\$ 587 milhões em 2018, já mudou seu plano três vezes. A nova proposta, apresentada na semana passada, será votada pelos credores em assembleia na segunda-feira.

Até o momento, as ações ainda não foram concluídas. Os julgamentos do caso do IAA, iniciados em 1990, já ocorreram, mas ainda falta o Supremo Tribunal Federal (STF) definir como calcular a correção monetária de precatórios, o que deve acontecer neste semestre.

Um dos quatro processos no caso do IAA representa R\$ 200 milhões em precatórios. Nessa ação, R\$ 49 milhões já foram penhorados pelo China Construction Bank, valor que o banco tem de crédito extraconcursal com a usina.

Já o processo do caso da Petrobras, aberto em 2016, segue em fase de perícia judicial e seu resultado é incerto. Após essa etapa, as partes se manifestam e, então, há a decisão judicial.

A proposta da Abengoa Bioenergia é usar as indenizações que espera receber como parte do pagamento dos credores trabalhistas, daqueles sem garantia real, de micro e pequenos empresários e dos não aderentes. A companhia não reconheceu credores com garantia real em seu plano, mas indicou que, caso eles existam, deverão ser pagos conforme as mesmas regras.

A companhia também alterou seu plano de venda de ativos. Manteve a ideia vender todas as ações no negócio sucroalcooleiro no Brasil, mas a opção agora é apenas vender a Usina São Luis, em Pirassununga (SP), com passivos. A proposta é que o leilão da unidade, que tem capacidade para 3 milhões de toneladas de cana por safra, tenha lance mínimo de R\$ 385 milhões - R\$ 128 por tonelada de capacidade instalada. A efetivação da venda deverá ser submetida à aprovação do juízo, da Abengoa e dos credores.

Para pagar parte da dívida com os credores que não têm garantia real e optarem por não aderir à proposta de venda da usina, e também da dívida com micro e pequeno empresários e de credores considerados "essenciais" para a Usina São Luis, os créditos do IAA e da Petrobras poderão ser usados para quitar valores remanescentes após o pagamento de 20% dos valores devidos a cada um.

No caso dos credores trabalhistas, a proposta é usar os créditos de IAA e Petrobras para quitar dívidas remanescentes depois que já forem pagos débitos de até 150 salários mínimos. Aos credores sem garantia que optarem por receber seus créditos após a eventual venda da usina, os recursos dos créditos de IAA e Petrobras seriam usados para quitar dívidas remanescentes. Também poderá ser usado um caixa emergencial provisório constituído com recursos oriundos da venda desses créditos.

Para os credores "essenciais" (fornecedores de cana com contratos de mais de seis meses) da Usina São João, em São João da Boa Vista (SP), e para os credores "estratégicos" (fornecedores de bens e serviços de longo prazo), a proposta é quitar 100% das dívidas com recursos da venda da Usina São Luis. Os credores não aderentes poderão ser pagos também com dinheiro da transação, mas com desconto de 35%, e com os créditos do IAA e da Petrobras, além do caixa emergencial provisório.

A Abengoa também prevê pagamentos adicionais usando 20% dos créditos do IAA detidos pela holding ASA Bioenergy. Pela proposta, após a venda desses direitos, a holding destinará metade do recurso obtido (já descontados os impostos e custos) para compor o caixa emergência provisório (em até R\$ 36 milhões) e para pagar os credores, incluindo os não aderentes, buscando a quitação integral de cada crédito. Porém, esse recurso não será usado caso a holding venda esses direitos junto com outros ativos, bens ou direitos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/08/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo****Título: IPCC quer campo mais sustentável**

Ter políticas adequadas para estimular biocombustíveis é uma das ferramentas sugeridas por cientistas do mundo todo para combater a crise climática. Há, contudo, riscos ambientais e de segurança alimentar se não forem adotadas boas práticas de produção. Essa é uma das mensagens sobre bioenergia do relatório sobre Clima e Terra do painel científico das Nações Unidas (IPCC, na sigla em inglês), lançado ontem, em Genebra.

É a primeira vez que o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, o IPCC, produz um relatório sobre clima e terra. No relatório, 100 cientistas de 52 países analisaram os estudos internacionais mais recentes sobre mudança do clima, desertificação, degradação dos solos, manejo sustentável da terra, segurança alimentar e fluxos de gases-estufa nos ecossistemas territoriais.

A recomendação é que a produção agrícola terá que ser mais sustentável se os países quiserem limitar o aquecimento da temperatura a bem menos de 2°C até o fim do século, como está no Acordo de Paris. As emissões de gases-estufa relacionadas à agricultura e ao uso do solo respondem por 22% do total global. Cortar só as emissões de combustíveis fósseis não será suficiente para combater a crise do clima.

"Um dos destaques do relatório é que bioenergia e tecnologias de captura e estocagem de carbono de bioenergia têm enorme potencial", diz Marcelo Moreira, pesquisador e sócio do instituto de pesquisas Agroicone. Ele se refere às chamadas BEECS, tecnologia ainda sem viabilidade comercial, mas que pode capturar carbono na produção de biocombustíveis e torná-los mais eficientes.

O relatório aponta o risco da bioenergia se for mal produzida. Basicamente, usar muita terra para produzir biocombustíveis pode significar uma competição com a produção de alimentos em um mundo de 10 bilhões de habitantes em 2050. Pode também ocorrer degradação de solos e de recursos hídricos, e ter outras consequências ambientais.

"É evidente que a produção de biocombustíveis não deve gerar desmatamento e não se deve incentivar produção ineficiente e desenfreada", destaca Moreira. "Cana-de-açúcar é a cultura mais eficiente em produção de energia por hectare. Também é sabido que mais de 80% das áreas de cana-de-açúcar no Brasil estão

em regiões onde a vegetação nativa aumentou nos últimos dez anos", diz nota do Agroicone à imprensa.

Moreira diz, ainda, que a política nacional de biocombustíveis conhecida por RenovaBio "tem causado profunda transformação de comportamento entre produtores de bioenergia. Ao colocar na mesa a possibilidade de receitas pela boa gestão ambiental, usinas estão investindo em sustentabilidade".

Bioenergia foi um dos temas polêmicos da conclusão do relatório do IPCC, assim como a produção e consumo de carne. O IPCC não produz ciência, mas compila os estudos produzidos internacionalmente sobre a temática.

"O problema é que alguns estudos não diferenciam boas e más práticas de produção e embaralhavam os resultados", diz Moreira. "E então a produção de bioenergia pode, em vez de combater a mudança do clima, ter efeito contrário."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Marsílea Gombata | De São Paulo

Título: WEG inaugura fábrica na China para automação

A WEG, fabricante brasileira de motores elétricos e equipamentos, vai inaugurar neste mês a primeira fábrica de aparelhos de automação industrial na China. A ideia é entrar no mercado chinês de automação e, futuramente, exportar para Rússia e Europa. A nova unidade fabril deve começar a produzir no fim de agosto.

A fábrica está situada em Changzhou, província de Jiangsu, onde a empresa possui outras duas unidades de fabricação de motores elétricos e componentes. Em um primeiro momento produzirá inversores de frequência de baixa tensão, minidisjuntores e dispositivos diferenciais-residuais. O investimento inicial em maquinário para a nova fábrica é de cerca de R\$ 15 milhões.

"A nova fábrica é a quarta da WEG na China, mas a primeira dedicada à automação industrial. Todas as outras no país são de motores elétricos", afirmou ao **Valor** Manfred Peter Johann, diretor superintendente de automação da empresa. No total, ele afirma, a nova planta terá 14.500 metros quadrados.

Segundo Johann, o novo investimento é parte do processo de internacionalização da área de automação da WEG, na qual a empresa busca maior competitividade e fortalecimento no continente asiático.

"A primeira etapa é o mercado chinês. Vamos usar a sinergia com as empresas globais que usam nossos motores e têm presença na China. O mercado chinês é muito grande, então buscaremos market share de um dígito nos próximos três anos", afirma. "Em uma segunda etapa, vamos atender outros países a partir da China."

No radar estão países vizinhos, como a Rússia, além de União Europeia e Reino Unido. A WEG iniciou suas atividades na China em 2004, com uma fábrica produtora de motores elétricos trifásicos de baixa e alta tensão, em Nantong, também na província de Jiangsu.

Quase 60% da receita da empresa - R\$ 11,97 bilhões no ano passado - foi gerada no mercado externo. A região da Ásia e Oceania respondeu por 6%. No primeiro semestre deste ano, a receita da WEG atingiu R\$ 6,21 bilhões - o exterior gerou R\$ 3,68 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/08/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Correção

Diferentemente do informado na matéria "Engie Brasil Energia prevê venda de térmica a carvão ainda neste ano", publicada na edição de quarta-feira do **Valor**, na página B6, o complexo termelétrico de Jorge Lacerda está localizado em Capivari de Baixo, em Santa Catarina, e não no Rio Grande do Sul.

•

Na matéria "EAS suspende operações e discute dívida de R\$ 1 bilhão com BNDES", publicada ontem à página B1, diferentemente do publicado, o grupo Queiroz Galvão não está em recuperação judicial. Quem pediu recuperação judicial foram duas subsidiárias da Queiroz Galvão Energia (QGE), que faz parte da holding do grupo. A antiga Queiroz Galvão Óleo e Gás (QGPG), atual Constellation, também teve homologado este ano pedido de recuperação judicial, mas a empresa não faz mais parte do grupo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/08/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras vende ativo

A Petrobras, por meio da subsidiária Petrobras Biocombustíveis, assinou ontem o contrato para venda da sua participação de 50% na Belém Bioenergia Brasil (BBB) para a Galp Bioenergy por R\$ 24,7 milhões. Conforme comunicado, a Galp já detém os outros 50% de participação na BBB, que foi constituída em 2011 pelas duas companhias para a produção de óleo vegetal e biocombustíveis. O valor da transação de R\$ 24,7 milhões será retido pela Galp até dezembro de 2020 para potenciais pagamentos de indenizações. O fechamento está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/08/2019****Seção: Internacional****Autor: Michael Stott, David Sheppard e Henry Foy | Financial Times, de Londres e Moscou****Título: Venezuela compra gasolina da Rússia**

A petrolífera estatal russa Rosneft se tornou a mais recente fornecedora principal de gasolina para a Venezuela. A sustentação dada pela empresa ao regime do presidente Nicolás Maduro ocorre num momento em que os EUA intensificam as pressões econômicas sobre Caracas, disseram pessoas a par do acordo.

A tábua de salvação proporcionou uma influência sem precedentes a Moscou sobre o país sul-americano em crise, o que frustra os esforços dos EUA e da União Europeia (UE) de destituir o presidente Maduro e abrir caminho para o líder de oposição Juan Guaidó.

Dados a que o "Financial Times" teve acesso mostram que a Rosneft foi responsável por toda a gasolina importada pela Venezuela em junho. Oito carregamentos de gasolina, num total de 1,7 milhão de barris, organizados pela Rosneft Trading, subsidiária com sede em Genebra, foram feitos por meio de transferências navio a navio realizadas ao largo de Malta, Gibraltar e Aruba, segundo os documentos.

"A oferta de gasolina da Venezuela depende da Rússia", disse pessoa familiarizada com o acordo de abastecimento. "No dia em que a Rússia deixar de fornecer gasolina, a Venezuela para."

Na segunda-feira, os EUA ampliaram as sanções contra a Venezuela, congelando todos os ativos do governo. Em resposta, Maduro suspendeu a participação nas

negociações intermediadas pela Noruega com a oposição. **(Com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/08/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Laura Ignacio | De São Paulo

Título: Supremo julgará ações contra taxas de fiscalização

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou o julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade da Associação Brasileira de Exploração e Produção de Petróleo (Abep) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que contestam a criação da Taxa de Fiscalização da Exploração e Produção de Petróleo e Gás (TFPG) pelo governo do Rio de Janeiro. Mas estão na pauta dos ministros, do dia 11 de setembro, outras duas ações contra outras taxas semelhantes.

Na sessão de ontem, o ministro Dias Toffoli se desculpou com os advogados, presentes para fazer sustentação oral, e disse que tentará realocar os processos (ADI 5480 e ADI 5512) para data futura. Durante a tarde, o Supremo terminou de analisar ação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e não restou tempo para o julgamento.

A TFGP foi criada no fim de dezembro de 2015, pela Lei nº 7.182, no auge da crise econômica no Rio. Por enquanto, ela não é paga porque as empresas do setor conseguiram liminares na Justiça para suspender a cobrança. Mas se considerada constitucional, vai impactar o setor.

Estão na pauta de setembro duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI 5489 e ADI 5374) da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Uma delas contesta a cobrança da Taxa de Fiscalização de Geração e Distribuição de Energia Elétrica (TFGE), também do Rio, e a outra questiona a Taxa de Fiscalização de Exploração de Recursos Hídricos (TFRH), do Pará.

Ambas estão sob relatoria do ministro Luís Roberto Barroso e esta última já tem liminar favorável. As quatro ações baseiam-se no mesmo argumento principal de que o valor da taxa deve ser proporcional ao custo estatal para a fiscalização. "Por isso, a decisão de qualquer uma das ações servirá de precedente para a discussões sobre as demais taxas", diz o advogado Eduardo Maneira, sócio do escritório Maneira Advogados e representante jurídico da Abep.

Além disso, a Sinochem Brasil Petróleo, deverá pedir ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) que julgue a constitucionalidade da cobrança da TFGP (processo nº 0140783-78.2016.8.19.0001). Uma ação da

companhia foi retirada da pauta do Órgão Especial por causa do julgamento dos processos da Abep e CNI pelo Supremo.

"A expectativa é que o processo seja reincluído na pauta do Órgão Especial. Pediremos para a sessão do dia 19 ou 26", afirma o advogado Rodrigo Pinheiro, do escritório Schmidt Valois Advogados, representante jurídico da Sinochem. O Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) é "amicus curiae" (parte interessada) no processo da empresa. (Colaborou Joice Bacelo, de Brasília)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Lu Aiko Otta

Título: Agências reguladoras e a lição de casa

A reforma da Previdência passou na Câmara e a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, corre para finalizar os conteúdos para um grande anúncio da agenda pós-reforma. Com iniciativas na linha da desburocratização e desregulamentação de setores, a ideia é apresentar um horizonte para uma transformação da economia.

Mas o Brasil deverá chegar ao fim de 2019 ainda num fundo de poço histórico no quesito investimentos. A taxa ficará na casa de 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB), calcula o economista Claudio Frischtak. Um volume insuficiente mesmo para compensar o desgaste do estoque existente. Em termos de infraestrutura, o Brasil anda para trás.

A expressão "choque de investimentos" é frequentemente ouvida da boca de Guedes. Mas esse choque depende de condições que ainda estão em construção. É um dever de casa extenso e difícil que busca, no fim das contas, convencer empresários a colocar dinheiro em empreendimentos que darão retorno em 20 ou 30 anos. E assegurar que não haverá solavancos no período.

Interferir na regulação aumenta a incerteza

O histórico recente de concessões fracassadas do governo federal não ajuda. Na base dessa experiência frustrante estão decisões contaminadas por agendas políticas que fizeram vista grossa a fundamentos técnicos. É o tipo de problema que precisa ser evitado se o plano é atrair recursos privados para fechar um "gap" de R\$ 10 trilhões em investimentos em infraestrutura nas duas próximas décadas, para colocar o Brasil em pé de igualdade com seus competidores.

Num mundo ideal, as agências reguladoras são fiadoras do governo junto ao setor privado. Servem para garantir a estabilidade de regras, a fundamentação técnica e o cumprimento de contratos.

Mas o papel delas é mal compreendido neste governo, como foi nas administrações do PT, avalia Frischtak. "Há uma confusão entre o que é regulação e o que é papel de governo."

Na quarta-feira passada, o presidente Jair Bolsonaro atacou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ao dizer que o registro de medicamentos demora. "Será que esse tempo todo justifica? Será que é excesso de zelo ou só está procurando criar dificuldade para vender facilidade?"

A Anvisa discute a liberação do cultivo da maconha para uso medicinal. Bolsonaro disse não ter sido eleito para legalizar drogas. Pelo mesmo motivo, o ministro da Cidadania, Osmar Terra, declarou no dia 10 de julho que a agência poderia ser fechada, caso autorizasse o cultivo da planta.

A "bronca" não é de hoje. Bolsonaro informou que, na época que "um tal de FHC" criou as agências reguladoras, fez um "discurso pesado" contra elas na Câmara.

Quando o Congresso aprovou, em maio, um novo marco regulatório para as agências, o presidente demonstrou incompreensão sobre o papel delas, aponta Frischtak, ao dizer que "travam ministérios" e se constituem em um "poder paralelo". Reclamou ainda que a nova lei o transformava em "rainha da Inglaterra", pois a nomeação de dirigentes seria feita a partir de uma lista tríplice.

O artigo da lista tríplice foi vetado na sanção da lei, em 25 de junho. Bolsonaro derrubou outro dispositivo ainda mais importante: o que dava autonomia orçamentária e financeira às agências. Algo que, mantido, tiraria o poder de pressão do ministro da área sobre o corpo técnico.

Com isso, o presidente abriu caminho para concretizar uma ameaça que fez dias depois: tirar da Agência Nacional de Cinema (Ancine) o comando sobre o Fundo Nacional de Cinema, por haver patrocinado produções como "Bruna Surfistinha".

A interferência da agenda política sobre a regulação econômica não é um bom sinal, avalia Frischtak. "São vasos comunicantes", disse. Tal como nos casos da maconha e de produções artísticas de temática considerada duvidosa, o pensamento do governo pode atingir também relações econômicas reguladas pelas agências. É, no mínimo, um ponto de incerteza.

E não está distante o dia em que isso de fato aconteceu. Responsável por uma grande fatia das concessões federais em carteira e por um estoque de projetos problemáticos leiloados no governo de Dilma Rousseff, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) é um exemplo de entrelaçamento com a política. Já teve em seus quadros um ex-tesoureiro do PTB do Distrito Federal, Ivo Borges, e um ex-dirigente de time de basquete, Jorge Bastos. Com mandato até 2020, o atual diretor-geral, Mário Rodrigues, foi alvo da Lava-Jato.

Se na esfera federal há dificuldades em manter as agências no campo técnico, mais desafiador ainda será estruturá-las nos Estados. Mas este será um passo essencial para o "choque de energia barata" prometido por Guedes. Pela Constituição, concessões em gás são atribuição dos Estados.

Ciente do tamanho do desafio, o Ministério da Economia criou "incentivos" para governadores avançarem nessa frente. Aqueles que criarem agências reguladoras terão uma fatia maior da arrecadação do governo sobre a produção de óleo e gás.

No âmbito do Programa de Fortalecimento das Finanças Estaduais (PFE), será criado um ranking com aqueles que possuem melhores indicadores de aperfeiçoamento na regulação da distribuição de gás. A posição na lista será critério para a partilha dos recursos.

Esta é, portanto, uma péssima hora para lançar dúvidas sobre as agências reguladoras. A boa notícia é que, agora, há um olhar mais atento da sociedade sobre o ambiente para realizar novas concessões e parcerias público-privadas (PPPs).

Elas entraram no radar do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que vem conduzindo uma agenda econômica independente do Executivo. Uma comissão especial foi instalada na Casa no dia 6 para tratar da legislação e eliminar pontos de dúvida na legislação brasileira. Vai funcionar em paralelo com as discussões das duas grandes reformas macroeconômicas em andamento no Congresso: Previdência e tributária.

Lu Aiko Otta é repórter. A titular da coluna, Claudia Safatle, está em férias

E-mail: lu.aiko@valor.com.br

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/08/2019

Seção: Economia

Autor: Daniela Amorim / RIO Thaís Barcellos / SÃO PAULO

Título: Inflação é a mais baixa para o mês em 5 anos

Alta para 0,19% em julho foi puxada pelo encarecimento da conta de energia elétrica; cenário deixa caminho livre para nova queda de juros

A inflação oficial no País subiu a 0,19% em julho, praticamente toda em decorrência do encarecimento da conta de luz. A despeito da energia elétrica mais alta, o resultado surpreendeu positivamente. A taxa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi a mais baixa para o mês em cinco anos, informa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os preços dos alimentos ficaram praticamente estáveis, ao mesmo tempo em que as famílias gastaram menos com combustíveis, vestuário e itens de higiene pessoal.

A taxa acumulada pelo IPCA em 12 meses desceu a 3,22% em julho, aquém da meta de 4,25% perseguida pelo Banco Central este ano. O cenário inflacionário comportado deixa o caminho livre para nova redução na taxa básica de juros, a Selic, opinam analistas. "Os componentes do IPCA mais sensíveis à demanda e à política monetária seguem em nível mais baixo. Segue essa dinâmica muito tranquila, como temos visto há bastante tempo", aponta a economista Julia Passabom, do Itaú Unibanco.

Ela aposta em mais dois cortes de 0,50 ponto percentual na Selic. A redução levaria a taxa a 5% ao ano ao fim de 2019. O estrategista-chefe da assessoria de investimentos Monte Bravo Investimentos, Rodrigo Franchini, avalia que a inflação não terá força, uma vez que a economia não cresce. "O IPCA vai justamente em linha com a capacidade ociosa do País e a falta de crescimento. Devemos ter um PIB (Produto Interno Bruto) abaixo de 1%, entre 0,70% e 0,80% (em 2019). É muito aquém do esperado", justifica.

Insegurança. O IPCA sofre pressões pontuais; não há nada ainda que indique influência de eventual aumento na demanda da população por bens e serviços, diz Fernando Gonçalves, gerente no Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE. O aumento sazonal na procura por passagens aéreas e alimentação fora de casa nas férias de julho impulsionou os preços desses itens. No entanto, a elevada informalidade no mercado de trabalho e o alto endividamento das famílias ainda não dão segurança para que aumentem o consumo, justifica o pesquisador do IBGE. "Só pressões pontuais, nada que indique pressão de demanda", diz.

Neste mês, a inflação sofrerá o impacto da entrada em vigor da cobrança extra na conta de energia elétrica da bandeira tarifária vermelha. A bandeira vermelha patamar 1 levará à cobrança de R\$ 4 adicionais a cada 100 kw/h consumidos em agosto. "Isso com certeza tem um impacto no índice", diz Gonçalves. A safra agrícola recorde esperada para este ano pode ajudar a amenizar a pressão sobre a inflação através dos alimentos, acredita Gonçalves. "A safra agrícola veio muito boa, alimentos têm peso importante (na cesta de

consumo das famílias)." Além da energia elétrica, o reajuste na gasolina nas refinarias e alimentos de safra mais curta podem impulsionar a inflação ao consumidor em agosto, acredita André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) no Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). A parte de alimentos in natura tem mais volatilidade, são safras mais curtas, como alface, cebola e tomate", justifica Braz. "Em serviços, a demanda está fraca ainda. Não esperamos aceleração de preços no curto prazo".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/08/2019

Seção: Internacional

Autor: LUIZ RAATZ, CARLA BRIDI, FÁBIO LEITE, RICARDO GALHARDO e RENÉE PEREIRA, COM EFE ASSUNÇÃO

Título: Novas mensagens vazadas atingem vice e ampliam instabilidade no Paraguai

Imbróglio. Conversas de WhatsApp mostram interferência de Velázquez para concluir venda de energia excedente de Itaipu a empresa brasileira; para analista, mesmo que impeachment não avance, caso provoca paralisação e repercute em estatais paraguaias

Novas mensagens de WhatsApp divulgadas ontem pela imprensa paraguaia e atribuídas ao vice-presidente Hugo Velázquez revelam uma interferência direta dele na estatal elétrica do país, a Ande, para concluir a venda de energia elétrica excedente de Itaipu à empresa brasileira Léros. Segundo a oposição paraguaia, essa venda era possível mesmo que não houvesse uma regulamentação que a permitisse explicitamente. "Oi, Pedro, como está a nossa venda de energia?", perguntou Velázquez a Pedro Ferreira, diretor da Ande, no dia 4 de junho, segundo uma mensagem obtida pelo canal de TV NPY.

No mesmo dia, o assessor jurídico de Velázquez, José Luís Rodríguez, diz a Felix Sosa, diretor de gestão regional que "o chefe (Velázquez) falou com Ferreira" e cobrou a entrega de uma carta de intenção de compra, já que no dia seguinte viria uma delegação do Brasil discutir o negócio. A questão da venda de energia excedente no Paraguai é controversa. Um acordo assinado entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Lugo, em 2009, estabeleceu que o Paraguai teria preferência sobre a compra dessa parcela de energia – gerada a partir do excesso de chuvas em Itaipu todos os anos, que custa cerca de US\$ 6 o MW/h. Nos últimos anos, o Paraguai tem usado a chamada energia excedente para atrair empresas e investimentos.

A revenda dessa energia para empresas, disseram ao Estado fontes que participaram da gestão de Itaipu no governo Lugo, também estava prevista no pacto, desde que com a anuência da Eletrobrás. Depois do impeachment de Lugo, em 2012, no entanto, a regulamentação dessa venda nunca foi concluída. Ricardo Canese, secretário de relações internacionais da Frente Guasú, o partido de Lugo, afirma que o acordo assinado entre os governos Lula e Lugo dizia que a energia excedente poderia ser repassada pela Ande à Eletrobrás ou a uma empresa indicada por ela. "Mas a Ande não poderia ter dado à Léros o monopólio da revenda dessa energia para que ela fosse revendida no Brasil, disse.

O senador Jorge Querey, também da Frente Guasú, que participa da comissão do Senado paraguaio que investiga o caso, disse que os parlamentares descobriram que, apesar da falta de regulamentação, a venda de energia excedente para empresas tornou-se comum. "Era uma prática comum que o excedente se vendesse diretamente por um mecanismo administrativo, dentro de uma das cláusulas do acordo Lugo-Lula", disse. "O que precisamos descobrir é quem foi beneficiado por essa prática. Como isso envolveu a Eletrobrás e Itaipu. A Promotoria está ouvindo testemunhas e recolhendo provas." A intenção do então presidente da Ande, Pedro Ferreira, era regulamentar essa prática, ainda de acordo com Canese.

Para isso, foi negociada a inclusão do chamado item 6 da ata bilateral, que permitiria ao Paraguai fazer licitações para a venda de energia a empresas privadas. Ao mesmo tempo em que esse item era negociado, Velázquez e seu assessor jurídico intercederam na Ande para que ele fosse excluído da ata, com o objetivo de concluir a venda de energia à Léros. Para isso, disseram, segundo mensagens reveladas anteriormente, que chegaria um representante da família Bolsonaro. Isso ocorreu em 23 de maio, segundo mensagens enviadas por Rodríguez a Pedro Ferreira. No dia seguinte, a ata foi assinada sem o item 6.

Em 4 de junho, conforme o mesmo relato, a equipe brasileira, capitaneada por Alexandro Giordano, suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP), chegou a Assunção para negociar a conclusão do acordo. Ao Estado, na semana passada, Giordano disse que havia ido ao Paraguai entre fevereiro e maio, como parceiro da Léros, para ouvir propostas sobre um projeto-piloto de venda de energia após ficar sabendo pela imprensa local de um chamamento público para venda de energia. Em julho, a sede do PSL em São Paulo, que funcionava no mesmo prédio que o empresário do suplente do Major Olímpio, saiu do local, onde ocupava o mezanino. Giordano não respondeu aos pedidos da reportagem para comentar essa saída.

Segundo Sara Mabel Villalba Portillo, analista da Universidade Nacional de Assunção, mesmo que o impeachment do vice e do presidente não avance, o

caso causou paralisação e repercutiu em todas as instituições estatais. "Chama a atenção que o Brasil tenha aceitado anular o acordo por causa da situação do governo paraguaio, como um apoio para o presidente estancar a crise", avalia. A Léros, empresa envolvida na polêmica sobre o contrato da energia de Itaipu, foi criada em 2009 e atua em alguns segmentos do setor. Além da comercialização, faz projetos de geração solar e tem negócios na área de petróleo e gás natural. Segundo fontes, a comercializadora tem pouca expressão no mercado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/08/2019

Seção: Internacional

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Além de Itaipu, negociações tinham mais temas de interesse

Mensagens revelam que objetivos incluem obras de infraestrutura como pontes e linhas de transmissão

As negociações entre Brasil e Paraguai sobre a contratação da potência da usina de Itaipu tinham outros temas de interesse do país vizinho. Mensagens trocadas entre o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, e o ex-presidente da estatal Ande Pedro Ferreira, reveladas pela imprensa paraguaia, mostram que, para o governo, as relações entre os dois países vão além dos interesses da companhia e incluem, também, obras de infraestrutura, como pontes, linhas de transmissão. O aumento da cota de importação para turistas também estava em jogo, segundo apurou o Estadão/ Broadcast.

Nas mensagens, Benítez diz que a relação entre os dois países não é "apenas" com a Ande e acrescenta que o único representante do Paraguai nas negociações era o então chanceler Luis Castiglioni, desautorizando Ferreira a se manifestar nas reuniões. O presidente também diz que o Paraguai está em negociação para a construção de duas linhas de transmissão. O financiamento dessas obras ainda não foi definido. Uma das linhas ligaria Itaipu e Assunção. Seria a segunda ligação entre as regiões, já que, durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil arcou com a construção de uma linha ligando a usina à capital paraguaia.

O projeto custou US\$ 550 milhões e foi financiado pelo Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul, com aporte do Brasil e contrapartida de 15% do Paraguai. A segunda linha mencionada pelo presidente deve ligar a usina de Yacyretá, no sul do Paraguai e na divisa com a Argentina, até a capital paraguaia. Com essa infraestrutura, o Paraguai criaria condições de utilizar toda a energia produzida no país. Como as receitas de Itaipu financiam diversas políticas públicas no Paraguai, e havia um valor em aberto a ser faturado – em

razão do impasse na contratação de energia entre os dois países –, o presidente Benítez pediu a Ferreira, segundo as mensagens, que colaborasse com o acordo.

O Estadão/Broadcast apurou ainda que, após o acordo entre Brasil e Paraguai sobre a contratação da potência de Itaipu, o governo brasileiro pretendia elevar a cota de importação na fronteira entre os dois países dos atuais US\$ 300 para US\$ 500. O presidente Jair Bolsonaro teria concordado. Uma das obras que já são financiadas pela usina é a nova ponte que vai ligar Foz do Iguaçu a Presidente Franco, sobre o Rio Paraná. Ontem, começaram as obras de terraplanagem da ponte, que terá tráfego de caminhões.

A ponte e as obras para ligá-la à BR-277 terão custo de R\$ 463 milhões e serão pagas com recursos da margem brasileira de Itaipu. O acordo para a obra foi fechado ainda pelo ex-presidente Michel Temer e inclui uma outra ponte, entre Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul, e Carmelo Peralta, no Paraguai. A ata anulada pelo Paraguai relacionada à contratação da potência da usina de Itaipu previa que o país vizinho compraria, neste ano, 9,6% a mais do que no ano passado. Nos anos de 2020, 2021 e 2022, o aumento da contratação anual de potência seria de 12%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/08/2019

Seção: Internacional

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Assessor de Bolsonaro ocupa conselho de Itaipu

O assessor especial da Presidência da República Célio Faria Júnior integra o Conselho de Administração de Itaipu desde 9 de maio. O assessor participou de reuniões do conselho em Foz do Iguaçu (PR) em 4 e 5 de julho. Segundo o Palácio do Planalto, ele não participou das reuniões sobre a ata referente à contratação da potência da usina. Essa negociação foi liderada por integrantes dos Ministérios de Relações Exteriores, Eletrobrás, Ande e Itaipu. O escritório de Célio Faria Júnior é um dos mais próximos do presidente Jair Bolsonaro.

Na equipe de Célio Faria Júnior, também trabalha o assessor internacional Filipe Martins, que trabalhou com o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). Nesta semana, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), cobrou explicações de Eduardo Bolsonaro sobre sua participação em um caso que envolve a venda da energia não utilizada pelo Paraguai ao Brasil. O suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP), Alexandre Giordano, teria intermediado uma negociação entre a comercializadora Léros e o Paraguai. O senador informou que Giordano não falou em seu nome. A Léros não retornou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 09/08/2019****Seção: Metrópole****Autor: Giovana Girardi Roberta Jansen / RIO****Título: 1/5 do efeito estufa vem de desmate e agropecuária**

Isso é o que diz relatório de painel da ONU; perda de vegetação faz planeta absorver menos gases responsáveis pelo aquecimento global

Desmatamento e agropecuária respondem por 23% das emissões de gases de efeito estufa responsáveis pelo aquecimento global. A perda da vegetação, por sua vez, faz o planeta absorver cada vez menos o CO₂ em excesso na atmosfera, minando ainda mais sua capacidade de combater mudanças climáticas. Essa é uma das principais conclusões do relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado ontem – o primeiro focado no uso da terra.

O novo recorte sobre o uso da terra mostra que, se esse problema não for enfrentado juntamente com a redução de emissões no setor de energia, será impossível resolver a crise climática. O documento deve elevar a pressão sobre países como o Brasil, onde a produção agrícola tem papel econômico crucial e o desmate está em alta, ao mesmo tempo que o governo Jair Bolsonaro tem questionado dados que apontam essa elevação. "Agricultura, desmate e outros tipos de uso da terra respondem por 23% das emissões de gases-estufa (ocorridas no planeta de 2007 a 2016).

Ao mesmo tempo, processos naturais da terra (como fotossíntese) contribuem para absorver 30% das emissões de CO₂ resultantes da queima de combustível fóssil e da indústria", disse Jim Skea, um dos autores do relatório. Metade dessas emissões é de responsabilidade de desmatamento. Considerando só o gás metano, a agricultura ainda causa metade das emissões. O setor é responsável também por 3/4 das emissões globais de óxido nitroso, por causa do uso de fertilizantes. A expectativa dos cientistas é de que, de modo geral, emissões de gases-estufa da produção agrícola devem crescer em razão do aumento da população e da renda – e de mudanças nos padrões de consumo.

A exploração de recursos naturais não tem precedentes. Atividades humanas afetam mais de 70% de toda a superfície terrestre não coberta de gelo. E cerca de 1/4 está sujeita à degradação induzida pelo homem. "Para conter o aquecimento do planeta a menos de 2°C (meta do Acordo de Paris), emissões por queima de combustíveis fósseis têm de cair; só cuidar do uso da terra não solucionará o problema", diz o meteorologista Humberto Barbosa, da Universidade Federal de Alagoas, que também assina o documento.

O relatório estima que de 1/4 a 1/3 do potencial terrestre é usado para produzir alimentos, fibras e energia. A degradação da terra, por sua vez, a torna menos produtiva e reduz sua capacidade de absorver carbono. "O relatório destaca que a humanidade vai ter de fazer opções difíceis entre a necessidade de expandir o tamanho das florestas para capturar CO₂ da atmosfera, aumentar a produção de biocombustíveis para ajudar na redução das emissões e a produção de alimentos e reduzir drasticamente o desmatamento", diz o físico Paulo Artaxo, da Universidade de São Paulo (USP), autor do segundo capítulo do documento.

Brasil. Apesar de optar por fazer análise mais geral sobre a situação do planeta, sem destacar os países de modo individual, o IPCC criticou o governo brasileiro. O cientista alemão Hans-Otto Portner, do grupo de trabalho 2, afirmou que as mudanças em ação no País, no que se refere à gestão da Amazônia, "contradizem todas as mensagens apresentadas no relatório". A resposta foi dada após questionamento da imprensa internacional. O governo brasileiro não se pronunciou sobre o assunto ontem.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Diego Garcia

Título: Aumento na energia é a única pressão sobre o IPCA em julho

Inflação de 0,19% é a menor para mês desde 2014; luz continua a pesar em agosto

Rio de Janeiro A inflação de julho, de 0,19%, foi a menor para o mês em cinco anos. E poderia ter ficado perto de zero se não fossem os reajustes na conta de energia elétrica.

A alta do IPCA, calculado pelo IBGE, ficou abaixo das projeções dos economistas ouvidos pela agência de notícias Bloomberg, que previam inflação de 0,24% no mês, em mais uma indicação da dificuldade de recuperação da economia brasileira.

"O item energia elétrica foi o destaque no grupo habitação, com as contas de luz ficando em média 4,48% mais caras para o consumidor", afirmou o IBGE em nota.

Para Julia Passabom, economista do Itaú que analisa indicadores de inflação, a energia elétrica deve continuar fazendo a diferença para os números de agosto.

“Neste mês teremos uma bandeira tarifária vermelha patamar 1. A projeção para o IPCA é de 0,20%, e, desse total, 0,16% seria dessa bandeira vermelha 1 já anunciada”, analisou Julia Passabom.

De acordo com a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), a bandeira tarifária verde é sem custos para os consumidores. A amarela, por sua vez, tem custo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatts-hora consumidor. Já a vermelha patamar 1 apresenta custo de R\$ 4 para cada 100 quilowatts-hora consumidos.

São Paulo, no caso, teve alta de 7,59% nas contas de luz da região metropolitana. Curitiba apresentou reajuste de 3,18%, e em Porto Alegre a energia ficou 3,36% mais cara.

Mesmo com a forte alta nessa despesa das famílias, o IPCA de julho foi o mais baixo para o mês desde 2014, quando a inflação ficou praticamente estável, em 0,01%. No ano passado, fora de 0,33%.

Considerados os principais grupos, o maior peso para a alta da inflação foi do grupo habitação. Os demais tiveram impacto praticamente nulo.

Além da conta de luz, outro impacto positivo para a inflação no segmento habitação, que subiu 1,20% em julho, foi a alta em taxa de água e esgoto, de 0,73%. Porto Alegre, por exemplo, reajustou suas tarifas em 7,69%.

Já o segmento alimentação e bebidas ficou praticamente estável, variando 0,01%. Altas em cebola (20,7%), frutas (2,51%) e carnes (1,10%) foram amenizadas por quedas em tomate (-11,28%), feijão-carioca (-8,86%), hortaliças (-4,98%) e batata-inglesa (-3,68%).

Esse grupo tem tradicionalmente um peso grande na inflação, porque representa uma parcela importante do consumo das famílias. Com a estabilidade, ajuda a manter a inflação controlada.

Em outro sinal de que consumidores andam com pouca capacidade de consumo, houve deflação nos segmentos de vestuários (-0,52%), saúde e cuidados pessoais (-0,20%) e transportes (-0,17%).

No ano, o IPCA varia 2,42%, e, no acumulado em 12 meses, a inflação está em 3,22%, abaixo da meta estabelecida pelo Banco Central, que é de 4,25%, mas ainda dentro da margem de tolerância de 1,5 ponto percentual, para cima ou para baixo.

Na semana passada, o BC reduziu a taxa Selic para 6%, em uma tentativa de estimular a economia brasileira, que ainda patina. A redução da taxa foi mais agressiva que o 0,25 ponto percentual esperado.

Com mais um indicador de desaceleração da inflação, a expectativa do mercado financeiro agora é que outros cortes sejam feitos até o fim do ano.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Combustível

Painel S.A

Mais de ano após a renúncia de Pedro Parente da presidência da Petrobras, em 1º de junho de 2018, o Ministério Público Federal abre inquérito para apurar as perdas sofridas pela estatal na data do anúncio, feito pela manhã, durante o horário de funcionamento da Bolsa. Naquele dia, as ações da Petrobras fecharam em queda de quase 15%, enquanto as da empresa de alimentos BRF, para onde o executivo seguiria duas semanas depois, subiram aproximadamente 9%.

Má lembrança

Na saída de Parente, no ano passado, a Petrobras perdeu R\$ 40 bilhões em valor de mercado em um dia. As negociações dos papéis chegaram a ser suspensas pela B3 devido às oscilações.

Currículo

O mercado o via com bons olhos, tanto pela governança como pelos resultados operacionais e financeiros. Sob o comando dele, a Petrobras acelerou o plano de venda de ativos, reduzindo o endividamento e racionalizou a política de preços.

Currículo 2

Parente deixou o cargo na esteira da crise dos caminhoneiros. E 13 dias depois, aceitou convite para ser presidente-executivo da BRF, onde já ocupava a presidência do conselho de administração. Assumiu o cargo com o aval da comissão de ética da Presidência da República.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 09/08/2019**Seção:** Cotidiano**Autor:** Rafael Garcia**Título:** Crise do clima vai acirrar disputa por terra, diz IPCC

Florestas e produção de alimentos e biocombustíveis competirão por espaço

Um quarto dos solos sem gelo no planeta já estão degradados, e medidas para combater o aquecimento global, como biocombustíveis e plantio de florestas, vão acirrar o conflito pelo uso da terra, mostra novo relatório do IPCC, painel do clima da ONU.

Tais medidas para tentar conter as mudanças climáticas requerem áreas vastas, o que deve acirrar a disputa fundiária com o declínio da produtividade da agropecuária —causado pela crise do clima—, que tenderá a ampliar fronteiras para alimentar a população crescente.

O dossiê foi divulgado nesta quinta (8) ao fim de encontro de cientistas que ocorreu em Genebra, na Suíça.

O relatório mapeia o status atual do uso do solo no mundo —responsável por 23% das emissões de gases-estufa— e analisa questões da crise do clima e adaptação da economia ao novo cenário.

“A estabilidade do suprimento de alimentos tem projeção de queda, à medida que mais eventos climáticos extremos perturbam a cadeia de produção”, diz o relatório, uma revisão da literatura científica. “O aumento dos níveis atmosféricos de CO₂ também pode reduzir a qualidade nutricional dos cultivos.”

Uma simulação estima um aumento médio de 7,6% nos preços de cereais em 2050 e um “crescente risco de insegurança alimentar e fome”.

O IPCC sugere medidas imediatas de preparação. Destaca a transferência de tecnologias que possam ajudar a agropecuária a adaptar cultivos.

Apesar de reafirmar que a queima de combustíveis fósseis para produção de energia é a principal culpada pela crise do clima —ela gera 77% dos gases-estufa—, o documento também sugere o que a agropecuária pode fazer para ajudar a mitigá-la. Para isso, destaca técnicas de manejo de pasto e de preparo da terra que retém carbono no solo.

Outras soluções foram muito discutidas, porém, foram apresentadas de maneira ambígua, porque podem acirrar a competição fundiária: a produção de biocombustíveis (para substituir energia fóssil) e o plantio de floresta para absorver carbono

O relatório explorou a questão de como monoculturas provedoras de biocombustíveis, como álcool e biodiesel, podem degradar o solo e pressionar ecossistemas nativos.

Humberto Barbosa, da Ufal (Universidade Federal de Alagoas) coordenou o capítulo sobre degradação da terra—a expressão descreve redução a longo prazo da produtividade, da integridade biológica ou do valor econômico da terra. O relatório aponta que 25% das terras livres de gelo estão sujeitas à degradação induzida por humanos.

Técnicas que façam o solo reter carbono e nutrientes, portanto, precisam ser buscadas como ajuda para mitigar a questão do clima, diz.

Outros, como Paulo Artaxo, climatologista da USPe coautor do capítulo de clima e mudança de uso do solo, não vê espaço para novas técnicas agropecuárias ajudarem a salvar o clima. “Grosso modo, hoje 90% das emissões de CO₂ são queima de combustível fóssil; os outros 10% são desmatamento”, diz. “Sem reduzir a emissão de combustíveis fósseis, esquece. A gente não vai resolver o problema com os 10% do desmatamento.”

Quando o IPCC fala em “resolver o problema”, isso significa que o planeta não deve ultrapassar um aquecimento médio de 2°C em relação aos níveis pré-industriais.

Um cenário para prevenir o aquecimento “perigoso” seria manter o aumento abaixo de 1,5° C, mas relatório do próprio IPCC neste ano mostrou que restam poucas opções neste caminho. Mesmo o limite de 2,0° C requer que a queima de combustíveis fósseis comece a se reduzir agora — neste ano ela está subindo.

Além do CO₂, destacam-se outros dois gases-estufa: o óxido nitroso (N₂O), emitido por fertilizantes, e o metano (CH₄), exalado por bois e vacas e por plantações.

A tecnologia para reduzir essas emissões está em pesquisa, mas há dúvida quanto sua capacidade de ganhar escala.

David Lapola, da Unicamp, diz que o manejo da dieta de animais e o preparo do solo conhecido como agricultura de baixo carbono terão sua contribuição a dar.

O IPCC reconhece que é difícil criar consenso sobre a relevância dos biocombustíveis, do manejo da agropecuária e do reflorestamento no combate à crise. Combater o desmatamento, porém, compensa o esforço em qualquer dos cenários futuros.

Preservar um hectare de floresta é mais barato do que plantar um hectare, e a conservação tem efeito imediato, enquanto o reflorestamento requer que as árvores cresçam. A crise vai causar perda de produtividade para a agropecuária, mas a reação do agronegócio a essa perda não pode ser a expansão da fronteira agrícola sobre afloresta, que só contribuiria para agravar a queda de produtividade no longo prazo.

No fogo cruzado do debate sobre agropecuária e desmate, a produção de carne do Brasil é um alvo óbvio para o IPCC, ainda que o relatório evite ao máximo mencionar nomes de países. O problema é que a maior parte das árvores que caem na Amazônia são derrubadas para dar lugar aos bois, que por sua vez ainda arrotam metano.

Questionado se os interesses do agronegócio se fizeram valer na representação do Brasil, o pesquisador da Ufal respondeu: “incrivelmente não”.

“Uma das questões que a gente mais discutiu—demoramos três meses para tomar uma decisão— foi se o documento deveria ou não conter uma recomendação para a população comer menos carne”, conta Artaxo. A sugestão acabou sendo derrubada.

O corpo interdisciplinar se fez valer, ele diz. “Os cientistas sociais disseram que era eticamente inaceitável pedir para a população que nunca teve acesso à carne anteriormente abrir mão dessa proteína para deixar o pessoal dos países desenvolvidos continuar andando com seus carros.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/08/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Ana Carolina Amaral

Título: País tem pouco tempo para se adaptar às mudanças do clima

Análise

As recomendações do relatório da ONU podem não ser aproveitadas a tempo de garantir um lugar de protagonismo internacional para o país que tem em abundância o ativo valorizado pelo novo diagnóstico do clima: solo.

Até então, a ciência climática demandava esforço principal do setor energético, com foco nos combustíveis fósseis.

De hoje em diante, gigantes em terra como o Brasil passam a ser mais cobrados pelo desafio de equilibrar redução de emissões de gases-estufa e de desmatamento, produção de alimentos e de bioenergia.

Tais vocações podem ser combinadas sem causar competição por terra em um país com dimensões como o Brasil. Todas elas cumprem papéis estratégicos para mitigar efeitos e ajudar na adaptação ao novo clima.

Tudo depende de despertar urgente por parte do setor mais pragmático do governo, ligado ao agronegócio.

Depois de garantir que o Brasil permaneça (ao menos formalmente) no Acordo de Paris, os ruralistas caíram em profundo silêncio e preferiram não se manifestar sobre a crise do governo em relação a dados de desmatamento.

Segundo cálculos do relatório da ONU, cada dólar colocado em gestão sustentável de solos gera seis de retorno em serviços ecossistêmicos. Isso significa, por exemplo, maior regularidade de chuvas, recurso caro à agricultura.

O relatório em si também mantém relação de influência mútua com o Brasil. Dá recados claros de como o país poderia direcionar políticas públicas e também absorve influência brasileira, com os biocombustíveis. A resiliência das florestas e da agricultura neste novo cenário climático também dependerá fatalmente de políticas públicas de adaptação ao clima.

Governos locais e também o federal falham em reconhecer a vulnerabilidade dopais, à revelia do agravamento evidente de secas e enchentes nos últimos anos, que causam perdas de produção no campo e mortes humanas nas cidades.

Tratando-se de clima, também importa para o solo brasileiro o que os outros países fazem para reduzir suas emissões —ponto em que, até aqui, a diplomacia brasileira veio cobrando de países desenvolvidos.

Com a crise já instalada e dando sinais evidentes por meio de eventos extremos, o Brasil não terá muito tempo para reunir o que tem de melhor em termos de conhecimento científico, diplomacia e práticas de manejo florestal e agrícola.

VEÍCULO: O Globo**Data: 09/08/2019****Seção: Economia****Autor: GABRIEL MARTINS****Título: Inflação fica em 0,19% em julho, a menor para o mês em cinco anos**

Os preços voltaram a subir ligeiramente no Brasil no mês passado, refletindo na aceleração da inflação. Após ter sido quase nula em junho — precisamente 0,01% — o IPCA ficou em 0,19% em julho. Ainda assim, o índice divulgado ontem pelo IBGE foi o menor para o mês nos últimos cinco anos, mantendo o cenário de inflação baixa no país propício à manutenção da trajetória de queda dos juros iniciada pelo Banco Central na semana passada.

No ano, a inflação está em 2,42%, bem abaixo da meta estipulada para 2019, de 4,25%.

O grupo habitação foi o que se destacou como a maior alta de julho, de 1,2%. Nesse segmento, o componente que mais contribuiu para a inflação foi a energia elétrica. As contas ficaram, em média, 4,4% mais caras no país. Em julho, vigorou a bandeira tarifária amarela, que representa custo adicional de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatts-hora consumidos. Além disso, houve reajuste em distribuidoras de energia de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Alimentos e bebidas, que representam cerca de 25% do gasto das famílias, ficaram estáveis, com alta de 0,01%.

Entre os itens que tiveram deflação e frearam o índice, destacam-se os combustíveis, com queda de 2,79% em julho.

VEÍCULO: O Globo**Data: 09/08/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: 'Eu também quero'**

A redução de 40% no preço do transporte de gás da Bolívia fez um empresário do setor admitir que pode ir à Justiça pedindo uma queda igual para os gasodutos locais. No fim, essa conta pode sobrar para a Petrobras.

VEÍCULO: O Globo**Data: 09/08/2019****Seção:****Autor: FLAVIA MARTIN E JOHANNES ELLER*****Título: Alerta da ONU**

Mudanças climáticas já colocam em risco produção de alimentos

A conclusão é clara: para produzir comida e bio-combustíveis que atendam à crescente população do planeta—que deve chegar a 10 bilhões até 2050 —é preciso que o homem aprenda a usar a terra de maneira mais eficaz e sustentável.

—Ou estamos todos fritos, e já era—resume Paulo Eduardo Artaxo Netto, professor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo.

Artaxo é um dos 108 pesquisadores de 52 países que assinam o novo relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), órgão da ONU para o assunto.

O documento aponta que alimentar a população mundial será uma missão cada vez mais desafiadora diante de um cenário de pressões sobre a terra e o clima. Só na China, os campos de arroz precisarão crescer em 20% para dar de comer à população do país até 2030.

E, embora os países menos desenvolvidos, concentrados nos trópicos, na África e na Ásia, estejam cada vez mais próximos de enfrentar a diminuição na oferta de alimentos e o aumento da fome em decorrência da elevação das temperaturas, as nações mais desenvolvidas não ficarão livres de impactos negativos.

— Muitas vezes as nações mais ricas não dão muita atenção para o problema. Não passarão fome, mas os preços dos alimentos subirão, o que deve resultar em uma piora considerável na qualidade nutricional da alimentação. Problemas como diabetes e obesidade se tornarão recorrentes — pontua Regina Rodrigues, oceanógrafa e pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e também autora do documento.

No relatório são listadas pesquisas recentes sobre o uso da terra e suas causas e efeitos nas alterações do clima global. Pontos observados são a desertificação, a degradação do solo e seu uso sustentável, a segurança alimentar e as emissões de gases de efeito estufa em ecossistemas terrestres.

— Enquanto os outros relatórios do IPCC tratavam apenas da redução da emissão causada pelos combustíveis fósseis, este é o primeiro que coloca a questão do uso da terra na agenda da política científica de mudanças climáticas globais — explica Artaxo, para quem o documento deixa "claro que temos que frear o desmatamento das florestas tropicais, descobrir maneiras de produzir alimentos e carne com menor emissão de gases de efeito estufa e menor impacto ambiental, além de produzir biocombustíveis de maneira eficiente".

Na opinião do físico, o relatório "caiu como uma luva" para o Brasil neste momento em que se discute o aumento nas taxas de desmatamento da Amazônia:

— O Brasil pode olhar esse relatório como uma oportunidade para o agronegócio, para a produção de biocombustíveis e a recomposição florestal. E sobretudo para mudar a visão negativa que o Brasil está tendo internacionalmente como um destruidor de floresta, que basta anunciar a taxa de desmatamento para causar uma crise institucional.

Nesse sentido, para Suzana Kahn Ribeiro, vice-diretora da Coppe/UFRJ e membro do IPCC, o Brasil pode trilhar uma trajetória alternativa e eventualmente tornar-se líder.

— Penso num modelo de desenvolvimento tropical em que a gente use bastante a nossa biodiversidade, mas sob a perspectiva das ciências biológicas, que têm um valor agregado muito alto, e não na lógica do extrativismo, que é a que vigora atualmente. Seria uma espécie de "eco-industrialização" — detalha a pesquisadora, para quem a meta de aumentar a temperatura global em apenas 1,5°C até o fim do século é pouco factível.

"CUSTO SOCIAL É ALTO"

Segundo o relatório, hoje o desmatamento corresponde a cerca de 10% das emissões de gás carbono no ar. O Brasil, diz o documento, perdeu 55,3 milhões de hectares de 1990 até 2010. E essa situação pode transformar a região amazônica, por exemplo, em uma potencial emissora de gás carbono, em vez de ser o tradicional ponto de absorção de CO₂.

Para Regina Rodrigues, o relatório deixa claro que o custo econômico de não agir contra as mudanças climáticas será muito mais alto do que os sacrifícios implicados na implementação de novas políticas.

— Quanto mais demorada for essa ação, mais caro ficará para o mundo. O custo social, que também tem o lado econômico, é muito alto.

*Estagiário, sob orientação de Flavia Martin

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 09/08/2019****Seção: Economia****Autor: Hamilton Ferrari / Gabriel Pinheiro****Título: Preço da gasolina contribui na queda**

A queda na carestia em julho foi puxada, principalmente, pelos preços dos combustíveis. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o recuo foi de 2,79% no mês, em especial por conta da gasolina, que caiu 2,8%, com reflexo de 0,12 ponto percentual o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período.

Ontem, levantamento do Correio mostrou que grande parte dos postos da Asa Norte negociava gasolina comum a R\$ 3,93. Já na Asa Sul, o preço médio encontrado foi de R\$ 3,99, valores que não apresentam alteração em relação à última semana. O menor preço encontrado foi no Petrolino de Taguatinga Centro, onde o combustível era vendido a R\$ 3,87. Na EPTG, Vtex tinha combustível por R\$ 3,89. O valor mais alto encontrado foi no Petrobras da 214 Norte, R\$ 4,29. (Confira a tabela ao lado)

Apesar da queda nos preços, ainda há reclamação dos consumidores. Para o motorista de aplicativo Luiz Antônio Almeida, 42 anos, é difícil conviver com essa oscilação de valores nos postos. “Se o preço se mantivesse, seria ótimo, porque eu geralmente encho o tanque duas vezes por semana”, afirmou. Ele contou que gasta quase R\$ 2 mil por mês com combustível, e que, na ponta do lápis, encontra dificuldade de fechar as contas. “Combustível é o que pesa mais no meu orçamento e tenho muita pendência com as despesas de casa”, disse. Para conseguir pagar tudo, com esse preço da gasolina, ele contou que evita sair aos fins de semana.

Já a advogada Elaine Pinheiro, 43, monitora os preços da gasolina comum nos postos do Plano Piloto, onde vive a rotina entre o trabalho, os filhos, supermercados e o seu lazer. “A gasolina ainda está muito cara e, por isso, eu decidi usar o etanol. A gasolina oscila muito, uma hora o preço tá bom e daqui a pouco aumenta. Nós que usamos muito o carro durante o dia, se formos calcular, é um valor considerável no fim do mês”, disse. **(HF e GP)**

- **Variação dos preços no DF (em reais)**

Postos 5/8/19 8/8/19

Petrobras – Posto da Lava Jato 3,989 3,989
Petrobras – Eixo W 106 Sul 3,999 3,999
Petrobras – Eixo W 109 Sul 3,999 3,999
Petrobras – Eixo L 214 Sul 3,990 3,990
Petrobras – Eixo L 212 Sul 3,999 3,999
JarJour – Eixo L 210 Sul 3,999 3,989
Petrobras – Eixo L 207 Sul 3,999 3,989
PB – Eixo L 206 Sul 3,999 3,989
Melhor – Eixo L 204 Sul 3,989 3,989
Petrobras – Eixo L 202 Sul 3,989 3,989
Ipiranga – Eixo L 204 Norte 3,999 3,999
JarJour – Eixo L 206 Norte 3,939 3,939
Petrobras – Eixo L 208 Norte 3,939 3,939
Ipiranga – Eixo L 210 Norte 3,939 3,939
Shell – Eixo L 212 Norte 3,939 3,939
Petrobras – Eixo L 214 Norte 4,299 4,299
Ipiranga – Eixo W 115 Norte 3,939 3,939
Petrobras – Eixo W 113 Norte 3,939 3,939
Ipiranga – Eixo W 112 Norte 3,939 3,939
Petrobras – Eixo W 107 Norte 3,939 3,939
Petrobras – Eixo W 103 Norte 3,939 3,939
Petrobras – SIG Quadra 3 3,959 3,959
Shell – SIG Quadra 3 3,959 3,959
Garantia – EPTG 3,999 3,899
Vtex – EPTG 3,997 3,897
Ipiranga – EPTG 3,999 3,899
Petrolino – Taguatinga Centro 3,959 3,879
Nenen's – Taguatinga Centro 3,990 3,950
Shell – Taguatinga Centro 3,999 3,999
Petrobras – SIA Trecho 1 3,899 3,899
Petrobras – Taguatinga Centro 3,999 —
Petrobras – SIA Trecho 1 3,974 —

MME / ASCOM .